



APRESENTAÇÃO

VIVA O PENSAMENTO CIENTÍFICO CRÍTICO

Fernanda Carolina Ifanger¹

 [0000-0002-1072-5545](https://orcid.org/0000-0002-1072-5545)

Lucas Catib de Laurentiis¹

 [0000-0001-5596-6695](https://orcid.org/0000-0001-5596-6695)

Guilherme Perez Cabral¹

 [0000-0003-4480-3641](https://orcid.org/0000-0003-4480-3641)

Cláudio José Franzollin¹

 [0000-0002-9594-1238](https://orcid.org/0000-0002-9594-1238)

A Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (RDHDS) tem como compromisso fundamental a promoção, reflexão, debate e disseminação do conhecimento científico, em matéria de direitos humanos, em todas as suas dimensões, e de desenvolvimento social. Isso, no horizonte das agendas e instrumentos normativos e políticos internacionais e da formulação e implementação de políticas públicas em âmbito nacional. No reconhecimento da relação indissociável da produção teórica crítica com a práxis, coloca-se, ao mesmo tempo, na defesa incessante dos direitos e da dignidade da pessoa humana.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Direito. R. Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/*Correspondence to*: F. C. Ifanger. *E-mail*: fernanda.ifanger@puc-campinas.edu.br

Como citar este artigo/*How to cite this article*

Ifanger, F. C. *et al.* Viva o pensamento científico crítico. *Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social*, v. 2, e216669, 2021. <https://doi.org/10.24220/2675-9160v2e2021a6669>

Recebido e aprovado em 27 de junho de 2022.



O contexto vivido tornou a tarefa (ainda mais) ingente. O cenário global ocasionado pela pandemia de COVID 19, com a perda de milhões de vidas, colapso dos sistemas de saúde, aumento da pobreza e da fome, de par com tantos outros nefastos impactos econômicos e sociais, fora, no Brasil, exacerbado pela política negacionista e negligente do Governo Federal.

Ao descaso com as vidas humanas perdidas e afetadas pela doença, a promoção de tratamentos comprovadamente ineficazes, a oposição às medidas de distanciamento social, conforme tantas vezes expressado em meios de comunicação, soma-se à ausência de políticas públicas consistentes e comprometimento orçamentário nos campos da educação, ciência e tecnologia. Tudo a nos lembrar, insistentemente, do descompromisso com a produção e aplicação do conhecimento científico e, dentre seus usos eminentemente políticos, a promoção de direitos humanos.

Apesar da política necrófila e do obscurantismo do governo brasileiro em todas as suas esferas – e, vale destacar, na articulação social para seu enfrentamento –, espaços acadêmicos e científicos sobreviveram e se fortalecem.

Esse esforço que se mostrou fundamental para romper com o negacionismo, com a disseminação de informações falsas e para evidenciar a importância da ciência na resolução dos problemas enfrentados pela humanidade.

A valorização ciência e do método, nessa tarefa, não se sustenta em credices na “neutralidade científica”, tampouco no apego dogmático a “verdades” reveladas pela academia. Conduz-nos à (abertura à) crítica permanente, à experimentação, à práxis da qual a teoria não pode se descolar, à possibilidade de refutação (falseabilidade). Na luta contra o negacionismo e obscurantismo, mesmo os mais críticos têm se valido das armas da razão e ciência moderna. Delas não abrimos mão.

Nos dois primeiros anos da pandemia (2020-2021), as atividades do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) tiveram seguimento no ambiente virtual, com todas as dificuldades nisso implicadas. Assim também as da RDHDS. O esforço e trabalho valoroso do corpo docente, discente e administrativo, a persistência de pesquisadores em manter suas investigações e produção científica, enviando-nos suas contribuições, foi fundamental para que pudéssemos concretizar a publicação deste novo número da revista, cumprindo, assim, com a nossa missão.



É nesse contexto, pois, que apresentamos o volume 2 da Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, composto por 01 (um) parecer, 08 (oito) artigos científicos inéditos, além da reedição, na Seção “Memórias”, ora inaugurada, de texto que exalta a memória da Faculdade de Direito da PUC- Campinas e de sua antiga Revista Jurídica.

O parecer intitulado “Contribuição para o relatório temático da relatora especial das Nações Unidas para a eliminação da discriminação contra as pessoas atingidas pela hanseníase e seus familiares ao conselho de direitos humanos da ONU” traz contribuição dos membros do Grupo de Pesquisa (PUC-Campinas/CNPq) “Saúde, Direitos Humanos e Vulnerabilidades”, em parceria com o Núcleo de Ensino Clínico em Direitos Humanos (NECDH) da PUC-Campinas, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Pulzatto Peruzzo, ao relatório sobre pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares. O documento será apresentado ainda neste ano ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, com a análise da legislação brasileira sobre a temática, bem como a sistematização de materiais audiovisuais sobre o assunto.

O artigo “Modelos e sistemas migratórios contemporâneos na América Latina”, de autoria de Luís Renato Vedovato e Daniel Francisco Nagao Menezes, identifica e analisa os sistemas migratórios na América Latina entre os anos de 1990 até 2017, permitindo que se conheçam as características e os fatores que impactam nesse deslocamento.

Em “Corpos-manifestos: feminismo negro decolonial epistêmico”, Fernanda da Silva Lima, Maria Eduarda Delfino das Chagas e Leandra da Silva Souza apresentam as contribuições das mulheres negras brasileiras na criação de uma epistemologia negra e decolonial.

“Direitos Humanos pós-modernos e a centralidade na dignidade da pessoa humana a partir da percepção orgânica de Hannah Arendt”, artigo de Edson Damas, analisa as reflexões da pensadora sobre a dignidade da pessoa humana, especialmente na passagem da modernidade para a pós-modernidade.

O texto “O significado da liberdade no pós-fordismo”, de autoria de Thais Hoshika, traz uma reflexão crítica sobre o sistema capitalista no pós-fordismo e busca compreender a liberdade e a emancipação dos sujeitos nesse cenário.

Rafael Lazzarotto Simioni, em “Ponderando a ponderação: crítica à relativização de direitos fundamentais e à máxima da proporcionalidade em países desproporcionais” analisa a teoria de ponderação do Robert Alexy e problematiza a sua utilização pelos tribunais brasileiros, uma vez que culmina na relativização dos direitos fundamentais.



O artigo “Monitoração eletrônica de pessoas em âmbito penal: considerações sobre o transcurso da tecnologia”, de Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Mariana Chini, apresenta uma reflexão sobre o real significado da monitoração eletrônica, buscando identificar se seu uso tem o condão de dar mais liberdade ao sujeito que cumpre pena ou se, em contrapartida, pode ser identificada como um incremento no nível de controle realizado pelo Estado.

O texto “Tendências no direito público de segurança civil” é uma tradução do artigo “*Tendencies in public civil security law*”, do professor do *Max Planck Institute for the Study of Crime, Security and Law*, Ralf Poscher – tradução realizada pelo Prof. Dr. Lucas Catib De Laurentiis – em que discute o direito de segurança civil, seu desenvolvimento no âmbito dos estudos jurídicos, suas tendências e desafios.

Quanto ao artigo “Internação socioeducativa em tempos decovid-19: desafios para a cidadania dos adolescentes”, de autoria de Karyna Batista Sposato e Victoria Cruz Moitinho, trata da privação da liberdade de jovens em conflito com a lei durante a pandemia, tendo como referência os direitos e garantias previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por fim, o artigo “Noção de pessoa como fundamento dos direitos humanos”, com reflexões jurídicas e metajurídicas sobre a pessoa humana, de autoria do Prof. Me. Francisco Vicente Rossi, Diretor da Faculdade de Direito da PUC-Campinas, que completa, em 2022, cinquenta anos de docência na Universidade. Trata-se de reedição de texto originalmente publicado na extinta “Revista Jurídica”, vinculada à Faculdade de Direito da PUC-Campinas, no ano de 1983, com comentários, atualização e reinterpretação realizada pelos Professores Doutores Lucas Catib De Laurentiis e Cláudio José Franzolin.

Participaram do processo de avaliação e editoração dos artigos que compõem este volume da RDHDS os(as) discentes Tatiane Mendes Sanches, Strauss Vidrich de Souza, Maluma Raphaela de Oliveira Brito, Mayara Pereira Amorim, Hélio Donisete Cavallaro Filho, Gustavo Freddi Toledo, Maria Clara Arruda Manzano, Larissa Karoline Pereira e Fernanda Souza Correa, a quem agradecemos imensamente pela colaboração.

Aproveitem a leitura! E viva a ciência. Viva o pensamento jurídico crítico.

